

Festa de Nossa Senhora Imaculada Conceição, padroeira de Dourados (1920-1960): conservadorismo e mudança de práticas culturais¹

Tiago Alinor Hoissa Benfica²

RESUMO: O texto apresenta o resultado de uma pesquisa realizada sobre a festa de Nossa Senhora Imaculada Conceição, padroeira de Dourados, no atual estado de Mato Grosso do Sul. O trabalho analisou certas práticas religiosas da população douradense, a importância que teve a festa para o clero nas tentativas de normatizar as manifestações religiosas e o fortalecimento da Igreja. O texto apresenta uma síntese das práticas religiosas católicas antes da fixação do primeiro pároco em Dourados, no qual é possível observar a espontaneidade religiosa imperando nas práticas populares em uma região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, decorrendo contatos, intercâmbios e estranhamentos culturais. Em seguida, contempla-se a vinda da Missão Franciscana para Mato Grosso, que teve como função recuperar espaços que a Igreja Católica havia negligenciado. Para esse objetivo, as festas religiosas foram utilizadas para transmitir a ortodoxia da Igreja, em um momento favorável, quando a população de uma sociedade rural encontrava-se concentrada. Para o estudo, foram utilizadas fontes bibliográficas, publicações periódicas, entrevistas orais e escritas. O estudo também proporciona uma leitura sobre a realidade social abordada. Constatou-se que a Igreja romanizante alcançou, nesta cidade, êxitos em muitos dos seus objetivos de mudança das práticas religiosas.

Palavras-chave: Festa; religiosidades; poderes.

Festivity of Nossa Senhora Imaculada Conceição, patroness of Dourados (1920-1960): conservatism and changing cultural practices

ABSTRACT: The paper presents the results of a research conducted about the festivity of Nossa Senhora Imaculada Conceição, patroness of Dourados, current state of Mato Grosso do Sul. The study examined certain religious practices of Dourados population, the importance that the feast had for the clergy in attempts to regulate religious manifestations and the strengthening of the Church. The paper presents a summary of Catholic religious practices before fixing the first priest in Dourados, in which it is possible to observe the religious spontaneity reigning in popular practice in a frontier region between Brazil and Paraguay, where happens contacts, exchanges and cultural estrangements. Next, it is contemplated the coming of the Franciscan Mission to Mato Grosso, which had function to retrieve paces that the Catholic Church had neglected. For this purpose, the religious feasts were used to convey the orthodoxy of the Church, at a favorable moment, when the population of a rural society was concentrated. For the study, library resources, periodical publications, oral and written interviews were used. The study also provides a

¹ Esta pesquisa foi desenvolvida em um projeto vinculado ao Programa de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC-CNPq/UFMS, sob orientação do professor Dr. Jerri Roberto Marin, concluída em 2006. Para essa publicação, o texto passou por revisões.

² Doutorando em História pela UFGD. Bolsista CAPES.

reading of social reality discussed. It was found that the romanization Church managed, in this city, many of the successes in its purpose of changing religious practices.

Keywords: Festivity; religiosities; powers.

INTRODUÇÃO

A Igreja Católica em Mato Grosso, no início do século XX, apresentava problemas operacionais como toda instituição de objetivo pedagógico na sociedade. Na região sul do antigo estado de Mato Grosso – dividido em 1977, com a criação do estado de Mato Grosso do Sul –, a situação de penúria da Igreja era mais evidente, com limitada influência política, poucos recursos financeiros, ausência de intelectuais católicos e de edifícios religiosos, em especial na região do atual município de Dourados. Esses problemas tornavam-se agudos, pois o povoamento da região se iniciou no final do século XIX; uma população predisposta à luta, à violência, valores referenciados em uma população militarizada, latifundiária e pastoril (MARIN, 2000).

Muitos dos primeiros habitantes deslocaram-se para Dourados em decorrência de conflitos armados, na condição de fugitivos da Revolução Federalista e das perseguições políticas na virada do século XIX ao século XX (OWENS, 2000). Alguns, no entanto, procuravam a região como local de esconderijo para criminosos ou para aqueles que apresentavam dificuldades em se haver com a Lei.

De 1910 até 1957, a população católica de Dourados e região foi assistida pela diocese de Corumbá. A extensão da área da Diocese, somada com a escassez de padres e recursos, privava a maior parte da população de assistência religiosa regular. Normalmente, os leigos eram os responsáveis pelo controle e condução dos assuntos religiosos. Nesse contexto, a religiosidade era de caráter multifacetado, pragmático, e se distanciava do modelo ultramontano³ e tridentino que a Igreja procurava implantar. A ofensiva católica romanizante teve que enfrentar um cenário

³ O termo ultramontano significa “para além dos montes”, e originalmente se referia aos papas não italianos. A partir do século XVII, o termo refere-se ao aumento de autoridade conferida para o papa nas questões religiosas internas na Igreja e sobre a disciplinarização da conduta da fé católica frente aos assuntos seculares. No século XIX, ultramontano ganha conotação de fechamento da Igreja aos valores do “mundo moderno” e de fidelidade à doutrinação emanada pelo papa. (SANTIROCCHI, 2010).

de indiferentismo religioso, permeado por manifestações religiosas heterodoxas e pela concorrência de igrejas protestantes – em especial a dos presbiterianos.

Naquele contexto, a Igreja buscava implantar um modelo religioso voltado à salvação das almas, e aos fiéis cabia seguir os preceitos da Igreja que os guiariam ao melhor caminho. A sociedade moderna era considerada essencialmente maligna, levando à corrupção da fé devota, encorajando o culto à personalidade, ao prestígio, ao dinheiro e ao poder. O clero enxergava possuir o papel de combater a laicização da sociedade moderna e representava a Igreja como condutora da moral social.

Em Dourados, era comum a recorrência a promessas aos santos, às benzedadeiras, aos pajés e aos usos de amuletos e outras práticas religiosas “populares”⁴, cuja finalidade era a proteção de danos materiais e sinistros que pudessem comprometer suas existências (MARIN, 2000). Essas manifestações eram condenadas pela Igreja e vistas como resultado da ignorância da doutrina católica por parte da população. Na ausência de padres, a reza de terços e os velórios eram realizados pelas pessoas mais instruídas nos assuntos religiosos, momentos esses de externalização do sentimento religioso e de sociabilidade. Nesse cenário, a romanização objetivava purificar as manifestações religiosas e valorizar as práticas sacramentais.

Na década de 1920, um devoto teria feito a doação de uma imagem de Nossa Senhora Imaculada Conceição, e esta passou a estar presente nos rituais fúnebres e nas rezas do povoado de Dourados. Aos poucos, a imagem se torna um elemento de agregação para a externalização da fé dos católicos.

De acordo com Ercília Pompeu, em uma obra escrita em 1965 para um concurso que versava sobre a história do município de Dourados, a origem da paróquia Imaculada Conceição se vincula à construção de três cruzeiros, no início do século XX, onde cada cruzeiro evocava um santo: o primeiro foi construído onde atualmente é a catedral Nossa Senhora Imaculada Conceição, o segundo invocava Santa Rita, e um terceiro a proteção de Santa Catarina (POMPEU, 2014).

Até meados da década de 1930, Dourados pertencia à jurisdição da paróquia de Ponta Porã que, conforme mencionado anteriormente, pertencia à

⁴ Um exemplo é o costume de colocar uma ferradura de casco de cavalo em cima da porta de entrada da casa, o que transformava o objeto em um amuleto de sorte.

jurisdição da diocese de Corumbá. Dourados recebia esporadicamente visitas de desobriga de padres daquela paróquia até a criação da paróquia Imaculada Conceição, em 1935. A partir desse momento, a nova paróquia passou a receber visitas regulares de padres franciscanos da paróquia de Entre Rios – atualmente cidade de Rio Brillhante –, provida naquele ano. Tamanha era a dificuldade da Igreja, derivada da escassez de padres na região, que não foi possível o imediato provimento da paróquia Imaculada Conceição.

Em condições mais favoráveis, os protestantes chegaram à região de Dourados durante a década de 1930, e exerceram forte influência na população, antes do estabelecimento de um padre na localidade. Diferentemente da disponibilidade da diocese de Corumbá, os protestantes contavam com recursos financeiros para a evangelização e com ministros devotos e dedicados.

Uma das estratégias da Igreja para mudar o cenário religioso, as manifestações religiosas e os traços culturais da população, foi o incentivo à formação do apostolado leigo, supervisionado pelo clero. Na visita pastoral de 1935, ocasião em que se constata a existência do Apostolado do Sagrado Coração de Jesus, o padre Amado Clemente pediu às zeladoras uma ação apostólica e evangelizadora por meio da catequese, no sentido de trazer os esposos e parentes para a igreja, e incentivar os casamentos religiosos dos casais unidos no civil ou de amasiados que não tivessem impedimento para o casamento religioso⁵. No entanto, o principal temor da Igreja era o avanço dos protestantes na localidade, podendo colocá-la em situação desvantajosa no mercado de bens simbólicos.

A FESTA DA PADROEIRA DE DOURADOS ANTES DA INTERVENÇÃO DO CLERO

Para Néstor Canclini (1983), estudioso da cultura popular, a festa prolonga a tal ponto a existência do cotidiano que produz, no seu desenrolar, as tensões existentes na sociedade, pois “sintetiza a totalidade da vida de cada comunidade, e sua organização econômica e as suas estruturas culturais, as suas relações políticas

⁵ Livro *Ata das Reuniões do Apostolado Sagrado Coração de Jesus*. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição, Dourados-MS.

e suas propostas de mudanças” (CANCLINI, 1983, p. 54). Os elementos econômicos, rituais e bens simbólicos, e as tensões da sociedade em questão, mostravam suas facetas durante as festas religiosas.

As festas religiosas se configuravam em eventos sociais, festivos e religiosos, espaço de solidariedade, de convivência, de trocas de experiências, onde havia uma continuidade entre o religioso e as comemorações, jogos, quermesses e encontros amorosos. Em Dourados, havia poucos espaços públicos destinados ao lazer; essa oportunidade era oferecida durante as solenidades comemorativas, sobretudo na festa da padroeira, a festa mais prestigiada pela população. Outras festas que agregavam os habitantes era a do dia 20 de dezembro, data da emancipação do município, ocorrida em 1935, e a festa de São João. Nesses momentos, como de costume, os participantes usavam trajes para ocasiões especiais.

Em entrevista, Ercília Pompeu rememorou sobre o roteiro geralmente seguido na festa de São João: rezava-se o terço em homenagem ao santo, fazia-se uma fogueira, cantavam-se músicas, soltava-se balão e, quando a festa terminava, por volta de dez ou onze horas da noite, sempre havia pessoas dispostas a passar pelas brasas ardentes como demonstração de fé ao Santo (Entrevista POMPEU, 2005).

A maior festa da cidade, a de Nossa Senhora Imaculada Conceição, chegou a ter a duração de nove dias. Normalmente, a festa ocorria entre os dias 1 a 8 de dezembro. Para Ercília Pompeu: “a única festa tradicional de caráter religioso [era] quando comemora-se o dia da Imaculada Conceição, padroeira da cidade” (POMPEU, 2014, p. 52). O principal dia da festa era o 8 de dezembro, data oficial da “grande festa”. Na ausência de padres, os leigos organizavam a festa de modo autônomo. Mesmo isolados e privados de assistência religiosa regular, os católicos se mobilizaram para construir uma capela em honra a Imaculada Conceição, que se tornou importante local de reunião para a comunidade católica.

O início dos esforços pró-construção da capela data de 1923, sendo concluída após dois anos (POMPEU, 2014). A primeira festa em homenagem à padroeira ocorreu em 8 de dezembro de 1925, para comemorar a inauguração da capela. A construção da capela, também uma expressão de fé para os devotos,

gerou embaraços entre a população e o bispo, pois o mesmo não foi informado sobre a construção, antes do início dos trabalhos. Já os moradores desconheciam os trâmites da legislação eclesiástica⁶.

Com relação à primeira festa, Júlio Capilé relatou que seu pai fez parte da comissão para a construção da capela e da organização da festa em honra à padroeira, e que o mesmo teria comprado fogos de artifício de diversos tipos em São Paulo para a solene ocasião (CAPILÉ, 2006). A população de Entre Rios foi convidada para a festa, que teria tido comes e bebes. Como não havia refrigeradores, as bebidas eram enterradas na véspera para esfriar.

Em 6 de julho de 1926, o padre salesiano José Giardelli, por ocasião de sua visita de desobriga, abençoou a nova capela. Segundo Inez Amaral,

Quando a capela ficou pronta, houve uma programação para inaugurá-la, inclusive com a vinda do padre José Giardelli, um salesiano residente em Ponta Porã. Nessa época, o patrimônio de Dourados pertencia à paróquia de Ponta Porã, sob responsabilidade da Congregação Salesiana, que prestava assistência religiosa esporádica por meio de viagens de desobriga. Em 8 de dezembro de 1925 chovia em demasia e não foi possível ao religioso atravessar o rio Dourados à canoa. Por isso, somente em 26 de junho de 1926, houve a benção oficial da capela e a realização de vários sacramentos, como batismos, casamentos, comunhões e confissões (AMARAL, 2005, p. 45).

Os festeiros, ou seja, os responsáveis pela organização da festa, na maioria das vezes, eram constituídos por um casal sorteado no final das comemorações, para organizar o próximo festejo. Alguns festeiros trabalhavam na organização da festa durante o ano todo e outros deixavam os preparativos para última hora, mas a festa não deixou de ser realizada. Segundo Ercília Pompeu:

Quando terminava a festa, tinha um estandarte de Nossa Senhora, enrolavam os nomes escritos nos papéis, chamavam uma criança vestida de anjo para tirar o papelinho. Os sorteados eram os festeiros para o próximo ano. O festeiro que estava terminando o seu mandato pegava o estandarte e ia acompanhado pela população, numa procissão, [para] levá-lo à casa do festeiro do próximo ano (Entrevista POMPEU, 2005).

Conforme os relatos de Ercília Pompeu, quando a presença do padre não era possível, as funções religiosas eram realizadas pelo próprio festeiro. Mesmo

⁶ Livro *Tombo I*, 1935-1970, p. 5. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição, Dourados-MS.

com a presença do sacerdote, as festas eram organizadas e geridas pelos leigos. Quando estava presente, o padre participava apenas da administração dos sacramentos. Ser sorteado como festeiro, além de contribuir à obra divina, proporcionava certo *status* social, pois os festeiros se responsabilizavam de organizar e mobilizar a comunidade.

Na ausência do padre, a festa era antecédida – situação comum até a década de 1940 – por uma novena. Durante os festejos, na frente da igreja, havia quermesse com prêmios, pequenos artesanatos ou objetos que eram doados por comerciantes e pelos membros da comunidade, e poderiam ser adquiridos por meio da compra de um bilhete – cujo valor variava –, cabendo a sorte escolher um prêmio dentre as várias prendas. Dependendo do festeiro, a prenda poderia ser adquirida por meio da “pescaria”; o participante “pescava” um peixe de papel que continha um número especificando o prêmio destinado. Nos leilões, eram vendidos frangos recheados, bandejas de pastéis, pudins e bolos. Esse momento era muito esperado e disputado. Alguns objetos do leilão recebiam maior valor, a depender da reputação de quem os preparava. Conforme a organização da festa poderia ocorrer leilões de leitão, gado e cavalo. A liberação da venda de cervejas e de outras bebidas alcoólicas ficava a critério dos festeiros (Entrevista POMPEU, 2005).

Após a chegada do primeiro vigário, a quermesse continuou a ser realizada, uma vez que proporcionava recursos que eram escassos na paróquia Imaculada Conceição. Nota-se, assim como em outras festas da diocese de Corumbá, que grande parte do dinheiro arrecadado era destinada a despesas consideradas “profanas” pelo clero. O gasto com a compra de fogos de artifício preocupava os padres, embora a maior parte da arrecadação era destinada em prol da Igreja, com a prestação de contas no final da festa. O dinheiro ficava com uma comissão que se organizava para averiguar as necessidades da comunidade e para adquirir materiais, como a compra de bancos, melhorias para o altar, pois “sempre precisava de algo” (Entrevista POMPEU, 2005).

Durante a festa da padroeira, havia a realização de jogos, como, por exemplo, a cavalhada ou *sortija*⁷ e a carreira de cavalos. Esses jogos poderiam se

⁷ A cavalhada ou *sortija* – denominação introduzida pelos paraguaios em Dourados – lembra as batalhas travadas entre cristãos e mouros na Península Ibérica durante a Reconquista.

realizar paralelamente à festa da padroeira, pois, no dia em que no Brasil se comemora a festa de Nossa Senhora Imaculada Conceição, no Paraguai, é comemorada a festa da Virgem de Caacupé. Com o passar dos anos, os paraguaios começaram a organizar sua comemoração à parte. Nos festejos, primeiramente era realizada a *sortija*, depois a carreira de cavalos. Esses jogos acabavam por estimular desentendimentos que muitas vezes provocavam brigas ou até mesmo mortes (Entrevista POMPEU, 2005).

A *sortija* começava com um passeio pela cidade com os concorrentes. Constituíam-se de um jogo de argolas penduradas, com dez ou doze argolas, e geralmente participavam seis cavaleiros por vez. O cavaleiro, a galope, tentaria acertar com sua lança uma argola e retirá-la. Caso não conseguisse, o concorrente era eliminado.

Depois da *sortija*, os participantes se dirigiam à cancha onde aconteciam as carreiras. Tratava-se de uma corrida a cavalo, na qual quem chegasse primeiro ganhava a corrida. Paralelamente aos jogos, havia as bebedeiras e, não raras vezes, surgiam brigas por qualquer motivo, estimuladas pelos efeitos do álcool. Segundo Ercília Pompeu, quase todo ano acontecia desentendimentos, que de tão frequentes, muitos participantes consideravam as “encrencas” como parte da festa (Entrevista POMPEU, 2005).

Julio Capilé relata que no dia 8 de dezembro de 1935, durante a comemoração da festa da padroeira, havia na programação a *sortija*, a ser disputada entre brasileiros e paraguaios. Em determinada ocasião, às nove horas da manhã, logo no início dos jogos, deu-se o atrito que resultou em tiroteio e morte:

Amândio Cotto, um dos brasileiros concorrentes que levava certa vantagem sobre os adversários, foi atingido *no pé da orelha*, como se costumava dizer, por um cabo de relho, manobrado por um paraguaio. A pancada lançou-o ao solo, de onde Amândio, embora tonto, sacou do revolver e, com um tiro, acertou de raspão a testa do responsável pela confusão, que também *beijou a poeira*. Dali para a frente, não foi possível controlar os ânimos e um pipocar de balas, fez dispersar às carreiras, todo o povo até então aglomerado.

O Delegado de Polícia, Albano Cunha, na refrega foi atingido por uma bala. Levado às pressas até a residência de Elias Milan, faleceu antes mesmo dos primeiros socorros. Alguns brasileiros e vários paraguaios saíram feridos (CAPILÉ et al., 1995, p. 125)

O município de Dourados está inserido em uma região de fronteira, onde conviviam trocas e diferenças culturais entre brasileiros e paraguaios. Essa característica implica o significado das relações ocorridas nas festas, e mesmo uma festa religiosa não conseguia apagar as diferenças, ao contrário, aglutinava os diferentes. A festa, ao excitar experiências condicionadas pela ordem social, proporcionava momentos de “regeneração do tempo, de volta ao caos simbólico, de suspensão temporária das normas sociais, por isso historicamente momento em que ocorrem sublevações” (FRANCO JR., 1991, p. 25).

Dessa forma, a possibilidade da violência marcou a identidade da festa, um “produto da realidade social e como tal expressa ativamente essa realidade” (GUARINELLO, 2001, p. 973). Observa-se, nos relatos sobre a festa, a referência utilizada por Valmir Corrêa acerca de um aspecto da identidade mato-grossense, na representação sobre a região “como *terra sem lei*, ou onde a única lei existente obedecia ao *artigo 44*, ou seja, a lei com *calibre 44*” (CORRÊA, 1995, p. 31).

Durante a entrevista com Ercília Pompeu, destacou-se em sua fala o sentimento de nostalgia para com o passado vivenciado. Apesar de explícito em suas palavras os tons de violência dessa sociedade, Ercília contrastava a seguinte lembrança sobre aqueles tempos: “uma comunidade amiga, nunca tinha rixa” (Entrevista POMPEU, 2005). Esses acontecimentos são culturalmente compreensíveis para os contemporâneos, sendo os elementos negativos compensados pelo sentimento de hospitalidade e o imperativo de atitudes de respeito entre a população, apresentados pela memória dos participantes dos eventos citados. Quando o respeito pelo outro vinha a falhar, a violência era justificada como uma questão de honra em que toda a família se envolvia. Muitos conflitos, como disputas por terras, foram negociados e representados com o sentimento de nostalgia dos tempos “pioneiros”. Dessa forma, a militarização, característica da sociedade mato-grossense, era um importante desafio apresentado à Igreja ultramontana.

A ATUAÇÃO FRANCISCANA EM DOURADOS

A criação da Missão Franciscana em Mato Grosso ocorreu no turbulento contexto da Segunda Guerra Mundial. A vinda dos padres franciscanos da Província da Turíngia, da Alemanha para o Brasil, em 1938, foi também um refúgio estratégico, devido às crescentes perseguições nazistas que se abateram sobre os frades. Ao serem convidados por autoridades eclesiásticas, o clima do antigo sul de Mato Grosso favorecia a adaptação de europeus em um país tropical, e foi um dos fatores que influenciou a escolha dos padres franciscanos (KNOB, 1988).

Uma das condições para o envio de padres a Mato Grosso era o provimento dos mesmos, pois a Alemanha havia proibido a remessa de dinheiro ao exterior. Em 1937, foi definida a criação da nova missão da Província Franciscana da Turíngia. No ano da chegada dos franciscanos ao Estado, das 14 paróquias da diocese de Corumbá, cinco estavam sem padre residente (KNOB, 1988).

Em setembro de 1939, com o início da Segunda Guerra Mundial, interrompeu-se a saída de missionários da Alemanha. O padre Comissário, frei Eucário Schimitt, enviou “cartas para todos os confrades da Província que se encontravam, na época, fora da Alemanha com o pedido insistente que viessem ao Mato Grosso onde havia lugar para todos”. Desse pedido, vieram padre frei Julião Lauer e Higino Latteck que, em 1939, haviam emigrados para a Iugoslávia, e o padre frei Feliciano Liebart, que se encontrava na Hungria. Nas palavras de frei Vicente Rock, “a missão do Mato Grosso é um fruto da perseguição à Igreja da parte do III Reich” (KNOB, 1988, p. 61-62).

Para os franciscanos, o isolamento geográfico e cultural manteve a população mato-grossense ignorante em matéria religiosa. Por outro lado, esse aspecto era positivo, pois a comunidade não teria aderido à secularização e aos erros da sociedade moderna (MARIN, 2000). Como decorrência, buscaram uma postura compreensiva com relação às manifestações religiosas e ao indiferentismo religioso, pois acreditavam que a fragmentação doutrinária estava assentada na escassez de sacerdotes e na falta de assistência religiosa regular. Na região administrada pela diocese de Corumbá, alguns dos objetivos da romanização tiveram que ser flexibilizados ante a realidade local. Apesar disso, os frades estavam empenhados em mudar o cenário religioso e reverter a situação de lateralidade do catolicismo na sociedade.

Em outubro 1940, frei Higino Latteck tomou posse da paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição. Como primeiro vigário, enfrentou grandes problemas com a falta de um patrimônio paroquial e de rendas para sustentar o padre, pois a maioria da população não recorria às práticas sacramentais. Na casa paroquial, construída após sua chegada,

através das paredes com muitas fendas, não só encontrava livre entrada bicharedo de toda a espécie, mas também o fino pó vermelho que fazia da vida em Dourados, durante a seca, ao menos um purgatório; durante o tempo de chuva a água corria pelas paredes abaixo, não só fora, mas também dentro. Com os inúmeros tiroteios entre algumas famílias que viviam em vingança de morte, uma casa de madeira, além disso, não oferecia suficiente segurança, assim que não poucos douradenses preferiam em tais condições dormir, não em cima, mas em baixo da cama (LEITZ, *apud* KNOB, 1988, p 278).

As manifestações religiosas heterodoxas, a carência financeira das paróquias e as formas de violência presente na sociedade douradense preocupavam os padres. Segundo Roselina Azevedo, no final da década de 1950, depois das oito horas da noite, havia um “toque de recolher devido o banditismo”; medo de conflitos armados existentes entre os moradores (Entrevista AZEVEDO, 2006).

Logo após a posse dos serviços paroquiais em Dourados, em 1940, frei Higino Latteck se queixava da forte presença dos “protestantes da América do Norte”, o que impelia a Igreja Católica à ofensiva na tentativa de recuperar os espaços perdidos. Frei Higino relatou:

a dona Antônia Capilé se queixou, que quase ninguém na ausência dos Padres freqüentava as rezas católicas, mas quase todos assistiram o culto dos outros. Três vezes por semana os presbiterianos tiveram o seu culto, e sempre achara a igreja deles cheia de povo católico.⁸ [*sic*]

A língua portuguesa, estranha para os padres alemães, foi um dos obstáculos à ação católica. Frei Higino Latteck procurou aprender o português com a população local. As diferenças culturais também poderiam causar estranhamentos, como, por exemplo, os hábitos alimentares dos mato-grossenses. Em 1947, frei Servácio Shulte recusou de modo contundente um alimento de milho que lhe fora

⁸ Livro *Tombo I*, 1936-1970, p. 7. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição, Dourados-MS.

oferecido: “não sou cavalo para comer milho”. Na Alemanha, o milho era basicamente utilizado como ração animal (AMARAL, 2005, p. 49).

Em 1942, Brasil e Alemanha romperam relações diplomáticas, fato que acarretaria outras dificuldades para os padres franciscanos alemães. Frei Higino Latteck foi proibido de deixar a cidade de Dourados por quase dois meses (KNOB, 1988). O mesmo frei, com uma representação positiva sobre a situação, registrou que “a prisão dos padres serviu para aumentar o fervor católico”⁹.

Mesmo no contexto de desconfiança das autoridades políticas para com os padres alemães, acusados de serem espiões, muitos leigos em Dourados acercaram-se do padre e corroboraram para disseminar a doutrina da fé católica que a autoridade eclesiástica representava. Nesse contexto, a instrução de leigos e de ministros devotos era essencial para a Igreja alcançar os êxitos em suas ações, e as festas eram momentos privilegiados para propagar as orientações sobre a conduta moral da sociedade, oportunidade em que as práticas religiosas eram realçadas, estimuladas ou cerceadas.

A FESTA A PARTIR DA PRESENÇA DOS FRANCISCANOS

Com a fixação de um padre na paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição, a Igreja inicia um processo de alinhamento das manifestações religiosas católicas, redirecionando a religiosidade popular para um modelo conforme a orientação institucional, por meio da disciplinarização do comportamento da população, sobretudo na esfera pública.

Os momentos de festividades convertiam-se em oportunidades privilegiadas para a transmissão do modelo religioso defendido pela hierarquia eclesiástica em Mato Grosso. As festas também proporcionavam captação financeira extra, provendo recursos para serem aplicados em obras e na manutenção da própria paróquia. Em sociedades com características agrárias, as festas também proporcionavam uma oportunidade de ação pastoral mais intensiva durante os festejos, durante a qual a população se aglutinava:

⁹ Livro *Tombo I*, 1936-1970, p. 15v. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição, Dourados-MS.

O controle sobre as festas era importante para a instrução dos diocesanos. A rarefação demográfica impedia a assistência religiosa regular. Durante os festejos a população estava concentrada, o que possibilitaria instruí-la, administrar-lhe os sacramentos e regularizar sua situação perante a Igreja. Daí o empenho em controlar, disciplinar, normatizar, subordinar e submeter os leigos ao controle clerical. A regulamentação das festas religiosas visava, sobretudo, submeter as religiosidades, colocando-as sob o controle, a apreciação e o julgamento dos padres e do bispo. As festas, por outro lado, movimentavam grandes somas em dinheiro, principalmente nos leilões. Esses recursos eram escassos nas paróquias e na mitra diocesana (MARIN, 2000, p. 2).

Os esforços para o fortalecimento da Igreja procuravam depurar certas manifestações religiosas e alinhar as práticas à ortodoxia religiosa. Alguns pesquisadores percebem nesse movimento um conflito de dois tipos de catolicismo: o espontâneo ou popular e o oficial ou romanizado. Segundo Maria Castilho, “a diferença entre o catolicismo popular e o oficial está na compreensão do papel da autoridade eclesiástica, no modo do exercício do seu poder e da sua presença” (CASTILHO, 1998, p. 109).

No contexto pesquisado, a religião oficial veio fazer frente à influência recíproca, contínua, entre a religião e as manifestações religiosas, na busca de direcioná-las para a racionalidade. Leonardo Boff oferece uma definição do catolicismo popular, alvo da normatização pelo catolicismo ultramontano:

Popular é o que não é oficial nem pertence às elites que detém a gestão do católico. Catolicismo popular é uma encenação diversa daquela oficial romana, dentro de um universo simbólico e de uma linguagem gramática diferentes, exatamente aqueles populares (In: CASTILHO, 1998, p. 110).

Desde a década de 1910, os bispos de Corumbá formularam várias normatizações a fim de enquadrar as manifestações religiosas, sobretudo as festas devocionais, no modelo tridentino ultramontano. A romanização propunha-se a purificar as práticas religiosas de seus pretensos erros e excessos e realçar a dimensão espiritual (MARIN, 2004). A existência de sucessivas regulamentações sobre as festas, realizadas pelos bispos da diocese de Corumbá, exhibe a dificuldade da Igreja em depurar a religiosidade popular, compreendida devido à ausência de padres que a pusessem em prática e pela resistência popular. Na cidade de Dourados, grande parte das resistências encontradas nas manifestações religiosas foi dissipada, paulatinamente, ao serem aceitas as normas de comportamento

definidas pela Igreja por parte dos católicos. No entanto, possíveis divergências entre o padre e os leigos tendiam a ser ocultadas.

A falta de instrução dos leigos nos assuntos religiosos e os traços culturais da população motivaram as primeiras queixas do vigário em Dourados. Registros mencionam homens que adentravam à igreja portando chapéus e armas, e alguns desses recusavam em se despojar de seus pertences, além da presença de cachorros na igreja.¹⁰

A realização de jogos no dia da festa que não agradasse ao clero deixou de ser registrada a partir da presença do padre na paróquia. Para o clero, a dimensão espiritual da festa teria sido alcançada com a eliminação de “bobagens” e do consumo excessivo de comidas e bebidas. Na festa de 1942, o tema principal foi dirigido aos pilares que deveriam estruturar a família católica como, por exemplo, o incentivo ao casamento no religioso, a participação das crianças na catequese e a atenção aos mandamentos da Igreja. Por meio dessas ações, o clero procurava transformar culturalmente certas práticas da população, alinhar as manifestações religiosas pretendidas pela romanização e recuperar o poder da Instituição na sociedade.

Na festa da padroeira em 1945, observa-se em poucas linhas o conturbado momento em que vivia a Igreja, em ressonância ao âmbito nacional após a Segunda Guerra Mundial, e um lampejo das inclinações políticas da Igreja. No encerramento da festividade houve a profissão de fé

contra o comunismo, espiritismo e protestantismo, espontaneamente a massa gritou: Viva cristo Rei, viva N. S^a, morra o comunismo! E assim o fez por algum tempo – Certa corja de bons católicos não gostou disso, prometendo vingança aos padres políticos – intrusos alemães.¹¹ [sic]

A ideologia comunista era percebida como divergente do cristianismo. Para a população, disseminou-se a ideia de que nos países comunistas não havia religião, onde “[os filhos seriam] criados sem os pais para não serem educados na Igreja e ligados às forças armadas, e contra Deus” (Entrevista AZEVEDO, 2006). Dessa

¹⁰ Livro *Tombo I*, 1936-1970, p. 13. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição, Dourados-MS.

¹¹ Livro *Tombo I*, 1936-1970, p. 15v. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição, Dourados-MS.

forma, muitos católicos apresentavam um inimigo político comum ao eleito pelas elites políticas brasileiras: o comunista.

Apesar da riqueza de elementos da história social de Dourados que se manifestaram durante os festejos, poucas fontes foram encontradas. Nas atividades com as entrevistas orais, houve dificuldades para localizar contemporâneos das festividades realizadas antes da década de 1960. Em entrevista realizada com Garibaldi de Matos França e sua filha, Maria Cleu Nunes França, foram obtidas informações sobre a festa da padroeira entre as décadas 1940 e 1950. Os relatos apresentam informações fragmentadas, mas evidenciam certa rivalidade entre as escolas católicas e protestantes. O fato de a missa ser rezada em latim e as dificuldades dos padres alemães em falar português não teria se constituído empecilho para a realização do trabalho evangelizador, devido ao apoio dos leigos que auxiliavam o pároco. Os leigos também ajudavam o padre se deslocar até as residências dos fiéis para administrar batizados e casamentos. Foi mencionada a existência de bingos nas festas para arrecadar recursos para a Igreja. Esse jogo não era condenado pelo fato de os recursos serem destinados às obras paroquiais (Entrevista FRANÇA; FRANÇA, 2006).

Algumas restrições sobre as festas impostas pelo pároco eram contornadas por parte da população. Muitos continuaram apreciando a queima de fogos de artifícios, mesmo com a expressa proibição do bispo. Segundo Garibaldi França, foram utilizados fogos de artifícios durante a década de 1950 para anunciar o início dos festejos. Outras restrições podiam ser personalizadas na figura do padre, como a de frei Higino Latteck, lebrado por Garibaldi como “cheio de onda”, devido seus esforços para a normatização das festas e das manifestações religiosas.

Com relação ao ambiente afetivo da festa, Garibaldi França argumentou que as comemorações eram muito animadas, momento privilegiado para a socialização da comunidade com “bate papo, o encontro de pessoas que vinham de fora, de outros municípios” e a “devoção a Nossa Senhora” (Entrevista FRANÇA; FRANÇA, 2006). Certas práticas condenadas pela romanização, como as rezas feitas por benzedeiros, incluindo o uso de amuletos, permaneceram por muitos anos, mas de modo oculto, para não haver enfrentamentos com a autoridade eclesiástica (Entrevista FRANÇA; FRANÇA, 2006).

A incumbência aos padres de normatizar as manifestações religiosas é anterior à criação da paróquia Imaculada Conceição, e em Dourados os efeitos apareceram ao longo dos anos. A escolha dos festeiros foi alvo de normatização pelo clero, conforme aponta Marin sobre o caso da diocese de Corumbá:

Na gestão de D. Antônio de Almeida Lustosa (1929-1931) a organização das festas recebeu novas normas. As eleições para o cargo de festeiro deveriam ser extintas. Nas paróquias onde os festeiros eram imprescindíveis, o vigário nomearia uma comissão, em data próxima à festa, com o objetivo de organizá-la. Se fosse conveniente o sorteio dos festeiros, era permitido que incluíssem apenas os nomes de pessoas indicadas pelo vigário. O interesse meramente pecuniário parecia se sobrepor ao de romanizar as festas (MARIN, 2004, p. 4).

Após assumir a diocese de Corumbá, em 1933, Dom Vicente Maria Priante publica a nova regulamentação sobre as festas, devido às tentativas dos bispos anteriores que fracassaram. De acordo com Jérri Marin:

Os párocos foram obrigados a fiscalizar as festas e os festeiros, a fim de extirpar a prática de utilizar os recursos oferecidos aos santos para fins considerados profanos. O padre deveria instruir os leigos sobre a legislação eclesiástica e, particularmente, sobre a importância do predomínio do espírito religioso nas festas (MARIN, 2004, p. 5).

Nos relatos de frei Higino Latteck, sobre a festa da padroeira em 1942, encontra-se o desdobramento da regulamentação feita por Dom Vicente Priante, executada por meio da intervenção dos padres sobre a forma de organização da festa:

neste ano não so haviam fogos nem bobagens (...). A pesar disso gostavam todos da festa, sendo uma festa espiritual verdadeiramente. O thema das praticas à noite: o ideal da família católica. Na festa mesma assistiram mais que 600 pessoas a reza. 300 pessoas comungaram. "O reino de Deus não é comida nem bebida, mas sim espírito e vida".¹² [sic]

Essas intervenções na organização das festividades religiosas foram registradas no periódico *O Jornal de Dourados*, em 1958, na Coluna Religiosa:

Os festeiros, autorizados por sua Excia. Revma. o Sr. Bispo Diocesano, nosso distinto amigo Sr. Dalmario Vicente de Almeida, e sua exma. Senhora D^a Eltrúria de Almeida, bem como os seus esforçados colaboradores e as associações

¹² Livro *Tombo I*, 1936-1970, p. 11. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição, Dourados-MS.

religiosas, já se estão movimentando para a festa se tornar um êxito em todos os sentidos.¹³

Em junho de 1957, foi criada a diocese de Dourados, o que facilitou a organização da Igreja na região. Em Corumbá, os leigos apresentaram maior resistência às normas dos bispos, o que levou, em 1953, Dom Orlando Chaves a publicar novas normas relativas às novenas, tríduos e festas religiosas da diocese: “os foguetes deveriam ser utilizados com moderação, apenas antes das funções religiosas, para convocar todos à festa. Era proibido seu uso durante a missa ou reza” (MARIN, 2004, p. 8).

Para reforçar o objetivo da regulamentação, “em caso de insubordinação dos festeiros ou comissões, o pároco deveria fechar a igreja, recorrer à pressão policial e não comparecer à festa” (MARIN, 2004, p. 8). Essas normas demonstram as dificuldades encontradas pela Igreja em normatizar as festas católicas na diocese de Corumbá. Exemplos explícitos de resistência à normatização das festividades religiosas não foram encontrados na festa da padroeira em Dourados a partir do provimento do pároco. Contudo, supõe-se que não seria proveitoso para as autoridades eclesiásticas de Dourados ressaltar os excessos e desvios dos seus fiéis.

Em 1954, para os preparativos da festa, frei Teodardo Leitz utilizou-se do momento para reafirmar os dogmas da Igreja, ao escrever no jornal *O Progresso*. O dogma da Imaculada Conceição relaciona a figura de Maria ao tipo ideal de mulher: “a mais perfeita criatura de Deus (...) conforme os planos do criador, planos que foram estorvados pelo pecado de Eva e realizados em Maria”.¹⁴

Em 1956, também se encontra na Coluna Religiosa do jornal *O Progresso*, o artigo *Homenagem a Maria Imaculada*, cujo conteúdo reforçava a crença do pecado original, que havia se apossado do homem, mas estava ausente em Maria. A ausência do pecado em Maria é um pressuposto da Igreja para referenciar a vitória de Cristo sobre o pecado. A Coluna Religiosa do jornal *O Progresso*, de dezembro de 1956, escrita por frei Teodardo Leitz, apresenta um resumo da festa:

¹³ Arquivo do Museu Histórico de Dourados, *O Jornal de Dourados*, 13 de novembro de 1958.

¹⁴ Arquivo do jornal *O Progresso*, dezembro de 1954.

foram montados seis barracas bem sortidas, destacando-se a Barraca das Senhoras do “Apostolado da Oração” com a sua grande quermessa, a barraca das Irmãs Franciscanas com lindas e originais prendas, e a “Barraca Gaúcha” com o seu tradicional churrasco.

A parte religiosa da Festa teve, além da própria Novena, a solene Missa cantada no dia 8 de dezembro, e durante a Missa Vespertina na tarde do mesmo dia, a recepção de mais 31 novos Marianos na Congregação.¹⁵

Ainda na mesma seção do jornal, o padre mencionou a importância dos leigos para as atividades de evangelização: a “Ação católica”, na qual os Congregados e as Filhas de Maria devem trabalhar, ajudando assim os seus padres na cura de almas, tão necessitada de operários fervorosos e idealistas”. Naquele ano, quase mil pessoas teriam participado da procissão que antecedia a festa, exibindo o sucesso do evento. A presença de associações religiosas leigas na festa demonstra que a Igreja conseguiu agregar certo número de fiéis para auxiliar o sacerdote na mudança do cenário religioso: foram aliados e combatentes na ofensiva católica.

Apesar dos êxitos, houve a permanência de manifestações consideradas profanas pelo clero, como os conflitos entre as famílias e o “banditismo”, que poderia se refletir na festa. Segundo Ercília Pompeu, algumas pessoas deixavam de participar das festas para evitar possíveis conflitos, uma vez que ainda permaneciam rivalidades entre famílias da mesma religião. Em uma festa realizada na década de 1950, Ercília e seu esposo foram os festeiros, junto com um casal de amigos de Maracaju. Um pouco antes do início dos festejos, o casal foi avisado para não comparecer à festa, pois haveria uma família rival pronta para atacá-los (Entrevista POMPEU, 2005).

De modo geral, a Igreja conseguiu reforçar a ação missionária desempenhada pelos leigos que viessem a contribuir na transformação dos traços culturais onde o clero não obtinha sucesso. Com o desenvolvimento econômico do município, que atraía pessoas do campo para a cidade, a maior concentração demográfica permitiu direcionar a ação pastoral da Igreja que, de extensiva, embasada nas visitas de desobriga, passou para uma pastoral intensiva, assentada nas paróquias. O aumento na participação dos sacramentos administrados pelo

¹⁵ Arquivo do jornal *O Progresso*, dezembro de 1956.

clero possibilitou a ampliação das rendas paroquiais e a centralização religiosa da comunidade católica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscou-se contextualizar o quadro de ação da Igreja Católica na cidade de Dourados. A situação de lateralidade da Igreja foi em grande parte modificada e a implantação do catolicismo romanizado se fez com menos embates quando comparada a outras paróquias. O sucesso da romanização pode ser relacionado ao povoamento relativamente recente da região de Dourados, a imigração intensiva a partir da criação das colônias agrícolas e a presença do protestantismo, possível fator de agregação dos católicos aos esforços da ofensiva romanizadora.

O município de Dourados presenciou na década de 1950 a efetivação das colônias agrícola federal e municipal. Com a permanência de certos traços da cultura mato-grossense que a Igreja tinha dificuldade de transformar, o imigrante foi visto potencialmente como um agente cristianizador, civilizador, nacionalizador e apostólico. Para o Estado, a criação de colônias era importante para extirpar o isolamento e os regionalismos, reforçar sua presença, subtrair a autonomia dos grandes proprietários rurais, reduzir a influência cultural estrangeira, povoar os “espaços vazios” e integrar a fronteira oeste ao “corpo da Nação”.

As práticas religiosas apresentaram modificações a partir das interferências do clero, refletidas nas festas, reforçando aspectos espirituais e racionais. As transformações das manifestações religiosas ocorreram paulatinamente ao crescimento demográfico, com o fluxo de imigrantes, criação e fortalecimento de escolas católicas, da difusão de associações religiosas, do incremento das práticas sacramentais e uma “pedagogia cristã” exercida durante as cerimônias religiosas. A catequese foi uma importante estratégia para a doutrinação dos católicos, estratégia para também atingir os pais dos catequizandos.

Durante as festas, o agrupamento de pessoas propiciou para a Igreja uma importante frente de atuação para intervir nos problemas religiosos e financeiros. A vinda dos padres franciscanos a Dourados foi imprescindível para o êxito da

romanização. Os franciscanos trabalharam num vasto campo de missão, tendo importância substancial no trabalho de mudança da mentalidade religiosa da região.

As fontes obtidas não apontam nítidos conflitos entre as autoridades eclesiais e os organizadores das festas aos santos. Portanto, a pesquisa constatou um maior êxito na disseminação da ortodoxia religiosa em Dourados, quando comparado a outras paróquias da diocese de Corumbá.

REFERÊNCIAS

Fontes Manuscritas

Livro *Tombo I*, 1936-1970. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição, Dourados-MS.

Livro *Ata das Reuniões do Apostolado do Sagrado Coração de Jesus*. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Imaculada Conceição, Dourados-MS.

Publicações periódicas

ARQUIVO DO JORNAL O PROGRESSO

O Progresso, dezembro de 1954.

O Progresso, dezembro de 1956.

O Progresso, dezembro de 1958.

O Progresso, dezembro de 1960.

ARQUIVO DO MUSEU HISTÓRICO DE DOURADOS

O Jornal de Dourados, 13 de novembro de 1958.

Entrevistas

AZEVEDO, Roselina Colácio (fita cassete). Produção: Tiago Alinor Hoissa Benfica. Dourados, junho de 2006. 30min (aprox.).

FRANÇA, Garibaldi de Matos; FRANÇA, Maria Cleu Nunes (fita cassete). Produção: Tiago Alinor Hoissa Benfica. Dourados, junho de 2006. 30min (aprox.).

POMPEU, Ercília de Oliveira (fica cassete). Produção: Tiago Alinor Hoissa Benfica. Dourados, outubro de 2005. 110min (aprox.).

Correspondência eletrônica: Julio Capilé. Dourados-Brasília, maio de 2006.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Inez Maria Bittencourt do. *Entre rupturas e permanências: a Igreja Católica na região de Dourados (1943-1971)*. Dourados, UFMS. CPDO, 2005.

CANCLINI, Néstor Garcia. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CASTILHO, Maria Augusta de. *Religião, símbolo e poder no primeiro bispado de Campo Grande*. Campo Grande: UCDB, 1998.

CAPILÉ Jr., João Augusto; CAPILÉ, Júlio; CRUZ E SOUZA, Maria de Lourdes da. *História, Fatos e Coisas Douradenses*. Dourados: s/d, 1995.

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso – 1889-1943*. Campo Grande: Editora UFMS, 1995.

DAL BOSCO, Maria Goretti. *Viajantes da Ilusão: os pioneiros*. Dourados: ViaNova, 1995.

FRANCO JUNIOR, Hilário. Meu, teu, nosso: reflexões sobre o conceito de cultura popular. *Revista USP*, Brasil, n. 11, p. 18-25, nov. 1991.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *Festa, trabalho e cotidiano*. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Imprensa Oficial; Hucitec; Edusp; Fapesp, 2001.

KNOB, Pedro. *A missão franciscana de Mato Grosso: em comemoração aos 50 anos de fundação*. Campo Grande: Custódia das Sete Alegrias de Nossa Senhora de Mato Grosso, 1988.

MARIN, Jérri Roberto. *Controle e disciplina: as festas religiosas na diocese de Corumbá (1910-1957)*. In: VII Encontro de História de Mato Grosso do Sul - Patrimônio Histórico e Cultural: identidade e poder, 2004, Campo Grande. Anais do VII Encontro História de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: UCDB/ANPUH, 2004.

_____. *O acontecer e “desacontecer” da romanização na fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia*. 2000 (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.

MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil – 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OWENS, Marli Carvalho. *Matos: a saga de uma família*. Dourados: snd, 2000.

POMPEU, Ercília de Oliveira. *Monografia do município de Dourados*. Dourados: Nicanor Coelho Editor, 2014 [1965].

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma. *Temporalidades - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*, vol. 2, n.o 2, ago./dez. de 2010.